



*BOLETIM 2 – Brasília, 3 de novembro de 2015*

## **CONTRICOM REÚNE CONSELHO E DIRETORIA PARA DISCUTIR CRISE NA CONSTRUÇÃO**

A diretoria da CONTRICOM realizará esta semana, entre os dias 5 e 6 de novembro, reunião de sua diretoria e de seu Conselho de Representantes, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho (foto), “será uma importante momento para debatermos o impacto da crise econômica nacional no setor da construção principalmente no que se refere ao desemprego dos trabalhadores, bem como apresentar propostas para frear a atual onda de demissões e retomar urgentemente as atividades do setor que estão estagnadas”.

A indústria da construção civil costuma refletir o desempenho da economia de um país. Se as obras estão paradas, alguma coisa não vai bem no cenário nacional. Mas se os canteiros pulsam, há a certeza de um período de bonança.

No último dia 28 de outubro, representantes das centrais sindicais brasileiras reuniram-se em São Paulo para debater a crise que atinge o setor e a avaliação dos presentes foi unânime em considerar a necessidade urgente da adoção de medidas por parte do governo no sentido de estancar a crise que atinge o setor da construção, com efeitos perversos em vários outros segmentos da economia nacional. Dados oficiais recentes demonstram que só este ano o setor deve demitir mais de 600 mil trabalhadores.

O presidente da CONTRICOM, que representou a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) no encontro, na condição de seu vice-presidente, afirmou, na ocasião, que “não podemos mais esperar. É urgente a adoção de medidas para retomada imediata das atividades do setor, pois quando a construção civil para, outros setores param também, pois é toda uma cadeia produtiva que depende dessa atividade”.

Mazinho sustentou “a necessidade emergencial de entendimentos como os acordos de leniência, com o envolvimento da Controladoria Geral da União, do Ministério Público Federal e do TCU, para que empresas envolvidas em irregularidades possam retomar suas atividades, sem prejuízo das penalidades previstas em lei em razão de prejuízos causados ao erário público”.



*Fonte: Comunicação CONTRICOM*



O dirigente defendeu ainda uma articulação junto ao governo, através do Ministério do Trabalho, para retomar as atividades da Mesa Permanente Compromisso Nacional para Aperfeiçoamento das condições de Trabalho na Indústria da Construção e do Mobiliário, que já tratou dos assuntos da construção e que estava sendo coordenada pela secretaria-geral da Presidência da República. A proposta foi apoiada e aprovada por todos os presentes. “É urgente a reunião dessa Mesa para discutir medidas que freiem o desemprego do setor”, afirmou o presidente da CONTRICOM.

## Obras paradas, queda do PIB, “Petrolão”...

Nas obras de infraestrutura, no mercado imobiliário e no varejo, a estagnação da economia derrubou a demanda e interrompeu de vez o ritmo acelerado de contratações e investimentos. O baixo crescimento do país, com queda acentuada no Produto Interno Bruto (PIB), no primeiro trimestre, a falta de investimentos e o enfraquecimento da confiança dos empresários estão se refletindo no mercado de trabalho, tendência que deve se intensificar ao longo do ano e ainda contaminar o ano que vem, segundo os especialistas. O atraso nas obras do **programa Minha Casa, Minha Vida**, que terá uma redução de 30% nos investimentos em todo o país este ano, também reflete negativamente. Outro dado da conjuntura que agravou a situação foi o chamado “**Petrolão**”, que atingiu em cheio a Petrobrás e grandes empresas do setor, trazendo consequências negativas ao segmento e a própria engenharia nacional.

### Dados

Desde abril de 2014, o número de vagas vem caindo, segundo a própria Câmara Brasileira da Construção Civil (**CBIC**).

Segundo a entidade, foram fechados 250 mil postos de trabalho, número significativo para um setor que emprega cerca de 13 milhões de

pessoas em toda a cadeia produtiva. Em 2014, setor encolheu 2,6%. Este ano, a queda estimada será de 5%. E a situação tende a piorar pois não estão previstas contratações para os próximos meses. A CBIC divulgou em agosto último o índice de desemprego do setor nas 6 principais regiões metropolitanas do país: 5,2%, o que significa uma queda de 8,2% em relação ao mesmo trimestre de 2014 e uma queda de 8,4% em relação ao trimestre anterior de 2015.

Ainda segundo a **CBIC**, só este ano a indústria da construção civil, mantidas as atuais tendências da economia, perderá, só **este ano, mais de 500 mil empregos**.

O **IBGE**, órgão oficial do governo, já havia anunciado que a taxa de desemprego na **construção civil** havia aumentado 6,7% no segundo trimestre deste ano em relação ao trimestre anterior, com o fechamento de 509 mil vagas, e 8,6% na comparação com o mesmo período de 2014.

A **taxa de desemprego geral da economia** anunciada recentemente pelo **IBGE** é a maior desde que a série começou em 2012. Faz pouco tempo que começou a ser feita, mas é importante por ser de abrangência nacional. Subiu para 8,1% no trimestre encerrado em maio. O mesmo período do ano passado, o desemprego estava bem mais baixo, em 7%. Ao todo, mais de oito milhões de brasileiros estão desempregados no país.



Os setores mais atingidos, segundo o **IBGE**, pelo aumento do desemprego são: **a construção civil**, com queda de **8%** ou **636 mil trabalhadores a menos**, e **a agricultura**, que encolheu 2,3%, com **223 mil empregados a menos**.

Já o **DIEESE**, na última pesquisa PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), em São Paulo, termômetro da economia nacional, concluiu a taxa de desemprego no setor da construção aumentou 6,3%, na comparação de julho com junho de 2015, ou seja, em apenas um mês foram destruídos 46 mil postos de trabalho na região metropolitana de SP. Mantida essa tendência, significa dizer que até o final do ano teremos, apenas nessa região considerada a mais dinâmica do país, a destruição de cerca de 200 mil empregos.

Do ano passado pra cá, o segmento de construção demitiu um terço da sua força de trabalho - cerca de **700 mil trabalhadores**, segundo a **Apeop – Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas**. E o pior é que a previsão não é de melhora, segundo a entidade, sobre a crise no setor provocada por muitas obras paradas, principalmente no setor público.

Nos últimos 12 meses, o setor fechou 274.000 vagas de emprego formal. Segundo os dados da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)**, que considera empregos formais e informais, o setor já **demitiu 609.000 pessoas em um ano**.

### **Outras causas da crise na construção**

A crise na construção não é de hoje. Ainda em 2014 surgiram os primeiros sintomas da situação crítica que vemos nos dias de hoje. Esse setor, um dos setores que mais emprega, está parando. Os corretores de imóveis foram os primeiros a sentir, porque os clientes sumiram. Um outro sinal foi a queda nas vendas de concreto. Agora, a situação se agravou. Muitas obras pararam, ou estão atrasadas. E o setor contava com a contratação imediata da fase 3 do programa “Minha Casa, Minha Vida” para tentar evitar demissões.

O ritmo de trabalho nos canteiros de obras está bem mais lento. Com a crise, muitas construtoras suspenderam planos de lançar projetos este ano. O setor já estimava que não ia crescer e agora calcula que vai encolher 7%. É assim em quase todo o país.

O desemprego na construção civil é mais preocupante, porque não haverá uma solução para o setor pelo menos até o final de 2016, na opinião de especialistas. Como a expectativa é que a melhora vai demorar muito e a taxa de juros está muito alta para segurar a inflação, o comprador está paralisado. Não só a renda caiu, como há expectativa dos preços ativos caírem ainda mais. Ele está esperando. Tem um componente de especulação nessa história também.

### **Obras paradas**

Sondagem feita pela Comissão de Obras Públicas (COP), da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), mostra que 68% das obras de suas associadas estão em ritmo lento ou totalmente paradas. Os empreendimentos - que somam 52 obras - estão espalhados por todos os setores e variam entre restauração e



pavimentação de estradas, melhorias em portos, expansão de ferrovias, construção de prédios públicos, escolas e obras de saneamento básico. Além de deixar um rastro de abandono, a paralisação provocou milhares de demissões em diversas empresas, que estão com baixo fôlego financeiro para manter obras em dia.

Além da Operação Lava Jato, que comprometeu a vida financeira de algumas construtoras, o pano de fundo para as paralisações é o ajuste fiscal do governo e sua incapacidade para tocar investimentos cruciais para a retomada econômica. A grande reclamação do setor é o atraso no pagamento de obras executadas ou simplesmente a falta de recurso para dar continuidade ao empreendimento. Mas há todo tipo de problema, como dificuldade dos governos para fazer desapropriações necessárias e conseguir as licenças ambientais.

Na lista das 19 grandes obras que estão totalmente paradas, estão o lote 7 da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol), entre Ilhéus e Barreiras, na Bahia; a ampliação e restauração da MG-155 e a ponte sobre o Rio Itaúnas, no Espírito Santo. No lote 5, que também está praticamente parado, cerca de 1,1 mil trabalhadores foram demitidos, sendo que apenas 900 deles receberam todos os direitos trabalhistas. Outros 300 continuam empregados, mas sem receber salários.

**Queda no PIB da construção pode chegar a 8,6%, o pior em 13 anos**

O enfraquecimento da economia e a queda nos investimentos de infraestrutura,

aliados aos efeitos da Operação Lava Jato, têm arrastado o setor da construção civil para uma onda de demissões em massa, recuperação judicial e inadimplência. Até o fim do ano, se não houver nenhuma reversão, o setor deverá amargar uma queda de **8,6% do Produto Interno Bruto (PIB) - o pior dos últimos 13 anos.**

Nada garante que esse movimento será interrompido em breve. Pelo contrário, a expectativa é que continue nesse ritmo, pois não há novas obras para dar impulso ao caixa das empresas.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

## **Sindicato patronal prevê demissão de 556 mil só este ano**

O setor da construção civil, que emprega atualmente cerca de 3 milhões de trabalhadores no país, pode perder 556 mil postos de trabalho este ano, conforme projeção do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP). Em todo o ano passado, foram cortados 163 mil postos de trabalho.

Em setembro, o nível de emprego no setor recuou 1,76% na comparação com o mês anterior. O percentual foi obtido com base em dados do Ministério do Trabalho e Emprego. A maior retração para o mês ocorreu no segmento imobiliário (2,35%), seguido pelo de preparação de terrenos (2,04%).

Foi a 19ª queda consecutiva do indicador. Nos últimos 12 meses, o número de demitidos em

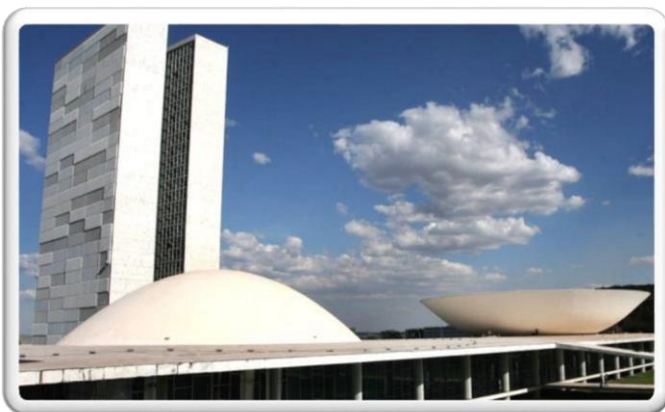


todo o país somou 490,6 mil trabalhadores. No acumulado do ano, entre janeiro e setembro, 248 mil postos de trabalho foram cortados.

“Nunca tivemos um ano como este em que a indústria da construção realiza um volume tão grande de demissões nos primeiros nove meses, período em que normalmente o setor contrata. A falta de confiança dos investidores e das famílias, a escassez de lançamentos imobiliários e a ausência de licitações para novas obras de habitação social e infraestrutura sinalizam que a recessão se prolongará no ano que vem”, disse o presidente do SindusCon-SP, José Romeu Ferraz Neto. No estado de São Paulo, o emprego caiu 1,26% em setembro, descontada a sazonalidade.

*Fonte: Agência Brasil*

## Senado começa semana com pautas trancadas por MPs



A pauta do Senado começa a semana trancada por duas medidas provisórias que devem

ser votadas na próxima terça-feira (3). A MP 682 estabelece que a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. ficará encarregada da gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural até a completa liquidação das obrigações deste Fundo. A MP 687 trata da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE e da prorrogação da vigência de incentivo fiscal no âmbito dos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINES.

Os itens seguintes são polêmicos e só devem ser colocados em votação se houver acordo entre os líderes partidários. Trata-se dos projetos de lei do senador José Serra que propõe modificações no modelo de exploração do Pré-sal. O primeiro modifica a participação mínima obrigatória da Petrobras nos consórcios para extração do óleo. O segundo, institui percentual mínimo em relação à produção total para o excedente de óleo destinado à União sob o regime de partilha. Os dois projetos têm oposição de senadores do PT e da base governista, mas estão em regime de urgência e têm preferência sobre outras proposições.

Na terça-feira, a Comissão de Assuntos Econômicos fará audiência pública para discutir o endividamento da Petrobras. Entre os convidados está o diretor da Área Financeira e de Relacionamento com Investidores da Petrobras, Ivan de Souza Monteiro.

*Fonte: Portal EBC*



## **Governo aumenta juro do crédito consignado de aposentados**

Os aposentados e pensionistas da Previdência Social vão pagar mais caro por empréstimos consignados. O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) aprovou, na quinta-feira (29), as novas taxas limites de crédito consignado. Para empréstimo pessoal, o percentual passa de 2,14% para 2,34%. Para empréstimos feitos pelo cartão de crédito, a taxa sai de 3,06% para 3,36%. A mudança passará a valer somente com a publicação no Diário Oficial da União, nos próximos dias.

Segundo o Ministério da Previdência Social, desde maio passado, o conselho já debatia o aumento dos juros. As instituições financeiras pleiteavam taxa limite de 2,48% para o empréstimo pessoal e 3,49% para a modalidade cartão de crédito, mas segundo o ministério, essa proposta não foi aceita.

No último dia 22, o Diário Oficial da União publicou a lei que amplia o limite de renda que pode ser comprometido com crédito consignado, descontado em folha de pagamento. O limite passou de 30% para 35%. O percentual adicional de 5% só pode ser destinado para pagar dívidas de cartão de crédito ou para saque por meio de cartão.

*Fonte: Agência Brasil*

## **Petroleiros iniciam paralisação por tempo indeterminado**

Os trabalhadores da Petrobras filiados aos 12 sindicatos da Federação Única dos Petroleiros (FUP) entraram em greve às 15h de domingo (1º), por tempo indeterminado. A paralisação, comunicada pela FUP na quinta-feira passada (29) ao Ministério Público do Trabalho (MPT), afeta todas as unidades da empresa e se soma ao movimento iniciado no último 24 pelos cinco sindicatos representados pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP).

De acordo com o presidente do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias (RJ) e diretor da FUP, Simão Zanardi Filho, a greve é contra a venda de ativos, corte de investimentos, interrupção de obras e retirada de direitos da categoria.

“A greve foi decidida há mais de 45 dias. Porém, antes de iniciar o processo de greve tentamos negociar com a Petrobras, com o acionista majoritário, que é o governo federal, mas não tivemos sucesso em nosso pleito”, disse.

Em nota, a Petrobras informou que está disposta a discutir as cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). “A apresentação da nova proposta econômica na quarta-feira (28) - 8,11% de reajuste nas tabelas salariais - e a proposição de detalhar as cláusulas do ACT em reuniões acordadas com os sindicatos reforçam esse compromisso”, acrescentou a nota da empresa.

*Fonte: Portal EBC*